

BUSCA DUM ETHOS BÁSICO UNIVERSAL: RECONHECIMENTO DUMA "HUMANITAS" COMUM

ARNALDO DE PINHO
*Professor Ordinário da Faculdade de Teologia
da Universidade Católica Portuguesa, Porto*

Não carece de grande discussão a afirmação segundo a qual durante milénios, as grandes religiões terem constituído sistemas completos que legitimam o bem e o mal.

Esta função da legitimação, cumpriram-na as grandes religiões, ora bem, ora mal. Bem enquanto constituíram cosmovisões integradoras do humano e afectivo, gerando confiança e sociabilidade. Mal, enquanto sobrepuseram liberdade e absoluto em formas impeditivas de comunicação e progresso.

Por causa do pluralismo das legitimações religiosas, o Iluminismo buscou, no meio da fragmentação, uma fundamentação julgada universal e creu encontrá-la na razão.

Todavia já Adorno e Max Horkheimer, na sua **Dialéctica da Ilustração** (1948), demonstraram que a Ilustração entregue a si mesma, acabaria, mais tarde ou mais cedo, na irracionalidade, o que a história não se cansou de demonstrar durante o século XX.

O que significa que o fundamento da razão, não foi além, antes pelo contrário, no que toca aos novos fanatismos, dos fundamentos de fanatismos antigos.

Acrescentemos a esta leitura do Iluminismo incompleto que de resto Hegel já previra, a atmosfera de individualismo e a importância que autores como Dahrendorf dão, ao que chamam as vinculações, que fornecem para lá da razão e do indivíduo, os laços que tecem a existência das religiões que guardam ou resguardam o poder e o saber das suas tentações. Ainda numa conferência recente, Habermas se referia à extraordinária

capacidade de simbolização das religiões e conseqüentemente, à importância do seu estatuto público (1).

Neste contexto, dum reaparecimento do religioso e do cultural, para lá das formas de racionalismo representadas pelas ideologias, vem a questão de saber se por trás das diversas vinculações da existência ao sagrado que as religiões professam, não se pode descortinar uma "humanitas" permanente, um ethos incondicional, categórico como diria Kant, que porventura as instrumentalizações políticas mascaradas em formas culturais globais, quiseram esquecer.

Apresentam as grandes religiões um conjunto de princípios morais incondicionais? E se sim o que podem significar para a paz e convivência dos povos?

Qualquer que seja a maneira de fundamentar a exigência ética das religiões, seja a da dedução dum absoluto misterioso (como parece acontecer nas religiões orientais), seja o dum figura ou livro revelado, como acontece nas religiões cristã, judaica ou islâmica, todas as religiões apresentam normas éticas e mais ainda, referem essas normas com uma autoridade muito diferente de uma mera instância humana e portanto condicionada. Porque para utilizar as palavras de Freud, que certamente não era religioso falam "dos mais antigos, intensos e urgentes desejos da humanidade" (em *Zukunft einer Illusion*, Studienausgabe, vol. XII, 164). Ao que seria necessário acrescentar que estas vinculações surgem inscritas em práticas e símbolos, mais ricos que as meras palavras positivas.

As grandes tradições religiosas são certamente muito diferenciadas. Mas a pergunta que se coloca é se se podem estudar sobre o prisma dum ethos comum, ou seja senão se resguardam uma mesma humanitas do homem.

Ora o estudo comparado das religiões mostra-nos facilmente que não só as religiões proféticas de origem semítica, mas também as religiões místicas de origem oriental e finalmente as religiões de perfil sapencial como a chinesa coincidem em imperativos éticos fundamentais, tais como:

- não matar os inocentes;
- não mentir nem quebrar promessas;
- honrar os pais;
- fazer o bem.

(1) Texto em *Il Regno* — Documenti, 19/2001, 653-656.

Trata-se nestes como noutros imperativos, dum espécie de fundo moral da humanitas do homem, dum ethos comum. E seria importante que este ethos fosse verdadeiramente posto em relevo, no futuro, para a paz, coisa que não foi feito nem pelas ideologias religiosas, mais ou menos imperialistas, nem pelas ideologias nascidas do racionalismo. Este realce contribuirá certamente para a paz, a luta contra a xenofobia e o racismo.

Poderia talvez provar-se que o Decálogo, conjunto de preceitos absolutos e religiosos pode ser aceite por todas religiões, porque dimana delas, dando origem a um direito positivo universal.

Não esquecendo que este fundo moral da humanitas do homem e seu ethos, deveria servir também de crítica e auto-crítica das religiões. Num texto importante, R. Garaudy fazia a diferença entre o ethos do Islamismo e as legislações espúrias e disparates (para não falar dos usos do poder) que se lhe colaram. Da mesma forma o Judaísmo tem uma inspiração de raiz e uma complexa legislação, nascida no contexto do farisaísmo. O Cristianismo ele também, conheceu épocas de absolutização do acessório, com excrescências e casuísticas perversas (2).

A convergência ética das grandes religiões manifesta-se sobretudo na regra de ouro, que Jesus reivindicou de maneira positiva: amar ao próximo como a si mesmo, que encontramos na sua forma negativa — não faças aos outros o que não queres que te façam a ti — na tradição judaica de alguns intérpretes da lei (Hillel é o mais conhecido) e já muito antes de Confúcio. A tal ponto que o imperativo categórico de Kant, bem vistas as coisas, não passa dum modernização e dum secularização da regra de ouro.

Num colóquio celebrado na UNESCO, em Paris, em 1988, subordinado ao tema "Não haverá paz no mundo sem paz religiosa", Hans Kung desenvolveu o tema de que não podia ser verdadeira a religião ou ao menos a prática religiosa que não fomenta ou preserve esta humanitas. Na verdade em todas as convergências trata-se afinal dum única convergência: que o homem se comporte de maneira humana com o seu próximo. A humanidade é assim a exigência mínima que se apresenta a todas as religiões e que as torna ou não credíveis.

Acrescentaria apenas que para os crentes, a verdadeira religião enquanto está orientada desta maneira para o próximo, constitui a consumação da ver-

(2) Roger Garaudy, "Los derechos del Hombre y el Islam: fundamentación, tradición, violación", em *Concilium* 1990 (ed. española), 221-237. Cf. ainda o artigo de A. A. An-Naim, "Coran, sharià y Derechos humanos. Fundamentos, fallos y perspectivas", *ibid.*, 239-248.

dadeira humanidade. A religião como encontro correcto entre autonomia e teonomia, pode revelar-se como pressuposto óptimo para a realização do humano.

Que dizer então das referências positivas ou reveladas, para algumas religiões? Não questionam porventura as convergências assinaladas? A esta questão só se pode e deve responder assim: no ethos não se trata, em definitivo, dos diversos sistemas teóricos de referência, mas do que se deve fazer ou omitir na prática concreta da vida quotidiana.

É na vida quotidiana que se pode alcançar, plenamente, tanto nas coisas grandes como nas pequenas, **um critério comum de actuação e missão**, mesmo quando os pressupostos teóricos das diversas religiões são diferentes.

Já na conferência mundial sobre as religiões para a paz em Quioto (1970), seguida depois de tantos diálogos inter-religiosos encontramos um documento em que se afirma:

“Quando estávamos reunidos, para nos ocuparmos da paz, demo-nos conta de que é mais o que nos une do que o que nos separa. Demo-nos conta das coisas que temos em comum:

- a unidade fundamental da família humana, da igualdade e dignidade de todos os homens;
- o sentimento da inviolabilidade do indivíduo e sua consciência;
- o sentimento do valor da comunidade humana;
- a convicção de que o poder não é igual ao direito; de que o poder humano não pode bastar-se a si mesmo e de que não é absoluto;
- a fé de que o amor, a solidariedade, a generosidade, a força do espírito e da veracidade interior são mais poderosos que o ódio, a inimizade e os próprios interesses;
- o sentimento do dever de estar ao lado dos pobres e oprimidos contra os ricos e os opressores;
- a profunda esperança de que terminará «triunfando a boa vontade».

Não poderá este ethos ser assumido por todas as religiões e constituir uma fonte não só de prática, mas também de crítica e auto-crítica, no passado e no presente?